

SUGESTÃO DE PAUTA ANDI



Desigualdades sociais impactam decisões sobre reabertura de creches e pré-escolas

Falta de saneamento em casas e espaços educacionais e a dificuldade em manter o distanciamento na educação infantil são importantes fatores no debate sobre a volta às aulas.

Tema é complexo e requer atuação intersetorial para atender às necessidades da primeira infância e da comunidade escolar.

Após meses fechadas devido à pandemia da Covid-19, diversas creches e pré-escolas no Brasil retomaram seu funcionamento recentemente e outras se preparam para fazer o mesmo nas próximas semanas. A reabertura dessas instituições, que atendem meninas e garotos de 0 a 5 anos, é um evento complexo. Num país em que 41,7% das crianças dessa faixa etária ainda vivem em domicílios sem acesso a saneamento e 28% das matrículas acontecem em pré-escolas sem esse serviço básico, um retorno seguro, que priorize a saúde e respeite os direitos dessa população, exige muita cautela e depende de avaliações localizadas por parte das autoridades municipais e dos gestores escolares.

“Não dá para falar em reabertura total, ao mesmo tempo e para todos. Temos que saber como estão os alunos, os familiares, os profissionais e as instalações de cada território. Com esse mapa, define-se quem volta”, defende Maria Thereza Marcílio, presidente da Avante - Educação e Mobilização Social, organização não governamental (ONG) com larga experiência no campo da primeira infância.

A pedagoga destaca que o trabalho precisa envolver as autoridades de educação, saúde e assistência social. É o que afirma também a professora Cida Camarano, do Movimento Interfó-

rums de Educação Infantil no Brasil (MIEIB). Para ela, a pandemia do coronavírus potencializou a importância de políticas intersetoriais para a primeira infância. “Deve-se pensar em uma reabertura responsável, a partir das condições concretas oferecidas pelas instituições públicas e privadas, com um movimento articulado entre governo, pais, professores”.

O planejamento do retorno, nesse contexto, focaliza as creches (0 a 3 anos) e pré-escolas (4 e 5 anos), que precisam de mais autonomia nas decisões. “Essas escolas têm de olhar para a sua comunidade, seus espaços e materiais e indicar aos gestores responsáveis de que maneira o atendimento pode ser feito. E não o contrário. Inclusive, olhando em especial para as crianças de famílias mais vulneráveis, que seriam as primeiras a serem trazidas ao atendimento presencial”, sugere Carolina Velho, especialista em primeira infância e pesquisadora do tema educação infantil.

IMPACTOS DAS DISPARIDADES SOCIAIS

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos a 2019, 22% de crianças brasileiras de 0 a 5 anos viviam em situação de extrema pobreza, em domicílios com renda mensal per capita de até 1/4 do salário-mínimo. Quando se fala em renda domiciliar de até meio salário-mínimo, esse índice aumenta para 47,6%.

A desigualdade social determina distintos níveis e condições de vulnerabilidade no que se refere à infância, o que também repercute sobre o retorno aos espaços educacionais. As crianças chegam às unidades de educação vindas de diferentes contextos: se parte delas contou com mais atenção em casa e com acesso a cuidados de higiene, também existem aquelas

que não tiveram nenhum apoio personalizado e tampouco desfrutaram de condições adequadas de infraestrutura (caso de quem vive em locais sem saneamento básico – água filtrada, esgotamento sanitário e coleta de lixo).

Há ainda a realidade de famílias que não conseguem aderir ao isolamento social e cujas crianças passam boa parte do tempo nas ruas e em meio a aglomerações. Outro cenário observado no Brasil com relação à pandemia foi a maior procura por creches improvisadas, para atender a pais de baixa renda que tiveram de continuar trabalhando fora de casa. Os espaços irregulares, muitas vezes sem contar com controle de higiene e fiscalização, podem inclusive elevar as chances de propagação do vírus.

Diante dessa realidade, o especialista em educação infantil Vital Didonet pondera que, a depender do caso, a opção de reabertura, ao permitir à criança estar em um ambiente escolar com atividades controladas, pode terminar oferecendo menos riscos, desde que sejam consideradas as condições epidemiológicas locais.

Para o professor, a preparação da reabertura de creches e pré-escolas requer orientação individualizada e oferta de transporte escolar seguro. “As famílias precisam saber como se proteger do vírus. Esse contato presencial pode acontecer por meio de visitas domiciliares ou nos locais de trabalho dos pais, nas empresas e nos comércios, por exemplo. Não bastam as orientações da televisão”.

Quanto à estrutura física, Maria Thereza Marcílio acredita que as redes pública e privada de ensino enfrentam alguns desafios semelhantes e que o retorno das creches pagas antes das gratuitas acentua as desigualdades. “Há uma pressão maior vinda das particulares, que enfrentam dificuldades financeiras na pandemia. Mas não se pode esquecer que muitas delas são pequenas, sem área externa e com turmas cheias. Por outro lado, há públicas com ótimos espaços ao ar livre”. De uma forma ou de outra, destaca a pedagoga, todas precisam ser vistas antes da reabertura. A principal diferen-

ça entre elas, aponta, é que “as crianças da rede particular, muito provavelmente, não passaram fome e tiveram quem cuidasse delas durante o isolamento, além de contarem com maior acesso às tecnologias”.

EQUILÍBRIO ENTRE DIREITO À APRENDIZAGEM E CUIDADOS COM A SAÚDE

O ambiente é seguro para profissionais, professores e crianças? Existem protocolos específicos para orientar esse retorno? Como serão tratados os efeitos psicológicos do confinamento vivido pelas crianças? Pedagogicamente, a creche ou a pré-escola conseguirá garantir os estímulos necessários ao desenvolvimento infantil? Muitas são as dúvidas que permeiam a reabertura dos centros de educação infantil.

Segundo a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), documento do Ministério da Educação que norteia o ensino no país, a educação infantil tem o objetivo principal de promover interações e brincadeiras, por meio das quais a criança se desenvolve emocional e cognitivamente.

No atual cenário de pandemia, o acolhimento ganha mais importância do que as orientações curriculares quando está em foco essa etapa da educação básica. “Não se pode falar em perda de conteúdo. A abertura da escola é muito mais para acolhimento, para atender emocionalmente essas crianças – por exemplo, evitando que sofram ou testemunhem abuso ou violência doméstica, ou ainda que sejam incluídas em um processo de trabalho infantil”, ressalta a especialista Carol Velho.

PARTICULARIDADES NOS PROTOCOLOS DE RETORNO

Protocolos como uso de máscaras, distanciamento físico de 1,5 metro e higienização constante das mãos e dos objetos estão bastante difundidos durante a pandemia do coronavírus. No entanto, quando se trata de bebês e crianças até 5 anos, algumas dessas medidas de proteção

não se aplicam, devido aos limites impostos por seu nível de desenvolvimento cognitivo.

Entre as alternativas para reduzir os riscos de contaminação estão a adoção de turmas menores e em horários diferenciados, a ventilação adequada dos ambientes e o maior número de atividades ao ar livre. Higienização mais constante de materiais, brinquedos, colchonetes e objetos de uso pessoal, como mamadeiras e chupetas, além de cuidados com a alimentação, são outras diretrizes importante.

De acordo com Vital Didonet, é preciso investir em treinamentos para os profissionais dessas unidades, visando ressignificar conceitos como trabalho em equipe e interação, com base em atividades que priorizem o distanciamento físico. O entorno dos centros de educação infantil também precisa ser avaliado, por exemplo identificando a existência de praças nas proximidades, para as crianças brincarem, e se o trânsito pode ser reduzido, para facilitar a movimentação segura dos alunos.

Janini Ginani, coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde, destaca que, de maneira geral, crianças pequenas sem comorbidades desenvolvem quadros mais leves da Covid-19, embora existam relatos da síndrome inflamatória multissis-

têmica, condição mais grave. “Mas são casos mais raros, pelo que temos monitorado.”

Em sua opinião, neste momento de discussão sobre quando e como reabrir as escolas, entre as questões a serem ponderadas, na perspectiva da primeira infância, estão a exposição prolongada às telas de mídia, o desenvolvimento de quadros de ansiedade pela falta de interação social e a insegurança gerada pelo elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica das famílias.

REGRAS PARA O USO DE MÁSCARAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) recomendam o uso de máscaras somente acima dos 6 anos de idade. A orientação consta de documento publicado em 21 de agosto pelas entidades. As justificativas estão relacionadas aos riscos de acidentes e a prejuízos para a saúde emocional. Já a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) e instituições internacionais como o Centro de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), nos Estados Unidos, mantiveram a recomendação do uso a partir dos 2 anos de idade, com o argumento de que sua eficácia é comprovada.

PRIMEIRA INFÂNCIA: DADOS QUE FAZEM A DIFERENÇA

RELAÇÃO ADULTO-CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A proporção de cuidadores em centros de educação infantil, de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CNE), deve ser de:

1 professor para 6 a 8 bebês de 0 a 2 anos

1 professor para cada 15 crianças de 3 anos

1 professor para cada 20 crianças de 4 a 6 anos

Os números constam do documento Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, do Ministério da Educação (MEC).

MATRÍCULAS DO ENSINO INFANTIL

Em 2019, o número de crianças matriculadas nas 114,8 mil creches e pré-escolas públicas e privadas de todo o Brasil era de 8,97 milhões. Dessas, 6,4 milhões (71%)

estavam em colégios públicos e 2,57 milhões (29%) na rede privada e em instituições conveniadas.

Do total de matrículas, 21,4% são em creches sem saneamento básico e 28% em pré-escolas sem esse serviço fundamental para a manutenção da limpeza e para a higiene e saúde das crianças. Os dados são do Censo Escolar da Educação Básica, do MEC.

SEGURANÇA ALIMENTAR

O déficit de peso atinge 4,1% das crianças brasileiras menores de 5 anos, de acordo com levantamento do Ministério da Saúde. O percentual daquelas com baixa estatura para a idade é de 13,1%. E o excesso de peso é observado em 15,7%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

OBSERVA: INDICADORES QUE APOIAM A INVESTIGAÇÃO JORNALÍSTICA

Nesta quinta-feira, 8 de outubro, foi lançada a plataforma on-line Observa - Observatório do Marco Legal da Primeira Infância (www.rnpiobserva.org.br), que reúne insumos para a formulação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas a crianças de até 6 anos.

A ferramenta também representa importante contribuição à cobertura jornalística pautada em dados. É possível, por exemplo, acessar indicadores nas áreas de educação, assistência social e saúde para cada um dos 5.570 municípios brasileiros, da mesma forma que para as diferentes unidades federativas, regiões e o Brasil como um todo. Números citados nesta sugestão de pauta relativos a saneamento básico, a questões nutricionais e a crianças em situação de pobreza, por exemplo, foram extraídos da plataforma Observa.

A iniciativa é uma realização da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), formada por mais de 260 organizações de todas as regiões do país. A ANDI – Comunicação e Direitos é responsável

pela implementação do projeto, que conta também com a parceria da Fundação Bernard van Leer.

SUGESTÕES DE ABORDAGENS/ INVESTIGAÇÕES

- A reabertura de creches e pré-escolas representa um grave dilema, envolvendo famílias que precisam de um local para deixar seus filhos no horário de trabalho, a grande necessidade de socialização das crianças pequenas e a inviabilidade de adoção plena de determinados protocolos sanitários, como o distanciamento físico e o uso de máscaras. Como encontrar um equilíbrio entre o direito à educação, o apoio às famílias trabalhadoras e os cuidados com a saúde? Que riscos e benefícios dessa escolha precisam ser avaliados?
- As escolas para a primeira infância não são apenas ambientes de ensino, mas também de proteção, nutrição e suporte emocional. Parte da população brasileira é privada de direitos básicos, como acesso à moradia digna, saneamento e alimentação adequada. Há crianças que encontram nas creches as principais refeições do dia, por exemplo. Quais os desafios agregados às populações mais vulneráveis nesta retomada das atividades presenciais na educação infantil? De que maneira esse tema lança luz sobre as desigualdades sociais do país?
- Há particularidades a serem tomadas em conta no que se refere às crianças de 0 a 5 anos com deficiência? Como incluí-las nas soluções de retomada, de forma a respeitar o conceito de educação inclusiva? Algumas sugestões incluem tradução dos protocolos para linguagem de libras, acessibilidade para cadeirantes aos equipamentos de higiene e maior acolhimento a suas famílias, que provavelmente enfrentaram mais dificuldade com o iso-

lamento social e com a falta de estimulação e de atendimento especializado. Também deve haver maior atenção para com os professores e funcionários com deficiência.

- Bebês e crianças com especificidades em seu processo de desenvolvimento demandam maior grau de contato físico por parte dos cuidadores. Um bebê, por exemplo, precisa ser carregado para a troca de fralda e para ser reconfortado em caso de choro – nessas situações, o distanciamento se mostra inviável. Em tais casos, de que maneira se pode aumentar a segurança das crianças e dos profissionais?
- Não há consenso sobre a testagem para diagnosticar contaminações pelo novo coronavírus após a retomada das aulas. Em São Paulo, por exemplo, o governo anunciou que testará alunos e servidores da rede estadual a partir da próxima semana. No Distrito Federal, escolas foram reabertas sem exigência de testes. No caso da educação infantil, esse deveria ser um protocolo obrigatório?

- Entidades como a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) enfatizam que bebês até dois anos de idade não deveriam, de forma alguma, ser entretidos por meio de telas digitais ou eletrônicas. Já para crianças com mais de dois anos, o uso desses aparelhos não deveria ultrapassar uma hora por dia. Isso porque os dispositivos digitais, ao ocuparem tempo que deveria ser dedicado a brincadeiras, alimentação, sono ou relações interpessoais, terminam impactando a saúde e o desenvolvimento infantil. Contudo, como as medidas de isolamento social exigidas pela pandemia levaram à maior permanência no interior das residências, também cresceu de forma significativa o consumo de mídia entre as crianças. De que forma esse hábito, tão prejudicial para a população de 0 a 6 anos, pode ser revertido? Qual o papel que cabe aos pais e aos educadores nesse processo?

FONTES DE INFORMAÇÃO

BEATRIZ ABUCHAIM

Gerente de Conhecimento Aplicado na Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, entidade com foco na primeira infância. Psicóloga, tem mestrado e doutorado em educação. Atua principalmente nos temas educação infantil, avaliação, currículo e formação de professores. Telefone: (11) 5102-5252
E-mail: babuchaim@fmcsv.org.br

CAROL VELHO

Especialista em educação e primeira infância. Mestre em educação pela Universidade de Brasília (UnB). Consultora especializada para o tema da educação infantil. Formadora de professores de educação infantil e pesquisadora do tema educação infantil, políticas públicas e subjetividade. Foi coordenadora-geral de Educação Infantil no Ministério da Educação.

Telefone: (61) 98116-9504

E-mail: carolvelho@gmail.com

ÍTALO DUTRA

Chefe da Área de Educação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil. Doutor em informática na educação e mestre em matemática. Coordenador de programas nas áreas de educação continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social e foco em adolescentes em situação de distorção idade-série.

Telefone: (61) 3035-1979 (Comunicação Unicef)

E-mails: ereis@unicef.org (Elisa Reis), escorrea@unicef.org (Ester Coelho) e pialcantara@unicef.org (Pedro Ivo Alcantara)

JANINI SELVA GINANI

Coordenadora de Saúde da Criança e Aleitamento Materno do Ministério da Saúde. Analista técnica de políticas sociais.

Telefone: (61) 3315-9032

E-mail: janini.ginani@saude.gov.br

MARIA APARECIDA CAMARANO MARTINS

Professora, pedagoga, mestre e doutora em educação. Integra o Comitê Diretivo do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB) e o Fórum de Educação Infantil do DF. Atuou como técnica em assuntos educacionais e consultora na Coordenação-Geral de Educação Infantil do Ministério da Educação.

Telefone: (61) 99982-6076

E-mail: aparecida.cida@gmail.com

MARIA THEREZA MARCÍLIO

Presidente da Avante - Educação e Mobilização Social, organização não governamental com larga experiência no campo da primeira infância. Pedagoga com formação em psicologia social e mestrado em educação, é consultora na área de educação infantil.

Telefone: (71) 98792-0977

E-mail: mariathereza@avante.org.br

VITAL DIDONET

Professor, mestre em educação, é especialista em educação infantil, direitos da criança e políticas públicas para a primeira infância, com mais de 30 anos de experiência. Membro honorário da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (OMEP). Foi coordenador nacional da educação pré-escolar no Ministério da Educação.

Telefone: (61) 98427-7714

E-mail: vitaldidonet@gmail.com

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP)

Telefone: (61) 2109-0107

(Assessoria de comunicação)

E-mail: comunica@cfp.org.br

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP)

Telefone: (21) 2256-6856

(Assessoria de comunicação)

E-mail: imprensa@sbp.com.br

